

# PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

1

A. SILVA MARQUES

11/03/18

# PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

2

- 1.** "*Especialista*" é aquele que sabe, cada vez mais, sobre cada vez menos.
- 2.** "*Superespecialista*" é aquele que sabe absolutamente tudo, sobre absolutamente nada.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

3

### SUMÁRIO

- Alguma Legislação e breve introdução aos objetivos do SVI e aos aspectos da avaliação pericial em Medicina Legal e Social do Trabalho
- Da teoria à Prática

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

4

### • Decreto Lei 144/82

- Transfere a apreciação da capacidade para o trabalho, para efeitos da atribuição de pensões de invalidez, dos Serviços Médico-Sociais para os Centros Regionais de Segurança Social

#### Motivos e Necessidades

- Dificuldades de funcionamento de natureza estrutural e funcional
- Falta de controlo do sistema
- Concessão de invalidez sem fundamento (período de 1977/80)
- A ausência de uma intervenção médica qualificada e isenta
- A necessidade da Segurança Social assumir por inteiro a responsabilidade do processo

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

5

### Decreto Regulamentar 57/87

A FILOSOFIA ENCONTRA-SE DESCRITA NO SEU PREAMBULO

..."contudo, sucessivas mudanças de governo impediram a aprovação da correspondente regulamentação, o que só agora tem lugar."

#### Factos inovadores:

- Processo clínico com participação do médico assistente e médico relator
- A possibilidade de atestar a doença com pareceres de outros médicos
- A possibilidade de petição de EAD, pela Comissões de Verificação
- Estabelecimento de prazos
- Aplicação quase imediata

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

6

- O decreto lei nº 132/88, de 20 de Abril, define os moldes em que a proteção na doença é assegurada
- O decreto-lei nº 143/88 de 22 de Abril, define os moldes em que a proteção na invalidez é assegurada.
- Através do decreto-lei nº 29/89, de 23 de Janeiro de 1989 foi instituído o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes.
- O decreto-lei nº 236/92, de 27 de Outubro de 1992, criou o sistema de verificação temporária para o trabalho.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

7

- O decreto-lei nº 329/93, de 25 de Setembro,
  - definiu os conceitos de **Invalidez**
- “Toda a situação mórbida, de causa não profissional, determinante de incapacidade permanente para o trabalho”
  - e de **Incapacidade Permanente**
- “É toda a incapacidade física ou mental, que impeça o beneficiário de auferir na sua profissão, mais de 1/3 da remuneração correspondente ao seu exercício normal e ainda, que seja de presumir, que o beneficiário não recuperará dentro dos 3 anos subsequentes, a capacidade de auferir no desempenho da sua profissão, mais de 50% da remuneração correspondente ao seu exercício normal”.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

8

- Ou seja, em termos simples, poder-se-á estar incapaz para o exercício profissional de forma permanente quando se tem mais de 66,6% de incapacidade.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

9

- O decreto-lei nº 329/93 estabelece ainda que a incapacidade deve reportar-se ao exercício da última profissão desempenhada pelo requerente no âmbito do regime geral.
- Define que o direito à pensão de invalidez não é reconhecido quando a incapacidade teve lugar em data anterior à inscrição no Sistema de Segurança Social ou não se tenha verificado um agravamento substancial da incapacidade permanente para o exercício profissional.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

10

- Mas
- Como definir qual a percentagem? Como calcular essa percentagem?
- O que está em causa no cálculo dessa percentagem?
- Quais as patologias?
- Que tabelas utilizar?

Experiência clínica... Experiência pericial com base na formação e... Fundamentalmente rigor, isenção e... bom senso na análise de cada situação...

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

11

### Perícia/Peritagem em Medicina Legal e Social do Trabalho

Da aplicação prática dos conhecimentos da fisiologia e do trabalho humano, procura-se estabelecer uma correlação entre o exercício das diversas profissões, a carga de trabalho que cada uma delas pode representar, em que estadiu evolutivo as doenças apresentadas são ou não incapacitantes de forma permanente e qual a ponderação que deve ser atribuída a outras variáveis, como sejam a idade e o sexo.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

12

### Decreto Lei 360/97

- Cria o Serviço Verificação de Incapacidades
- Tendo em conta a garantia da unidade do sistema, integrou-se num único diploma toda a intervenção relativa à certificação da incapacidade (Permanente e Temporária), quais as condições para a verificação de incapacidades com direito ao subsídio de doença, às pensões de invalidez e sobrevivência, ao subsídio por assistência de terceira pessoa e ao subsídio mensal vitalício.
- Procurou adaptar a eficácia do sistema de verificação de Incapacidades à realidade social existente
- Procedeu à harmonização das normas internas com as normas comunitárias

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

13

### Objectivos do SVI Decreto Lei 360/97

- **a)** Confirmação da subsistência das condições de incapacidade temporária determinantes do direito ao subsídio de doença.
- **b)** Verificação e revisão das situações de incapacidade permanente determinantes do direito a pensões de invalidez e sobrevivência.
- **c)** Verificação das situações de dependência determinantes do direito ao subsídio por assistência de 3ª pessoa.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

14

### Objectivos do SVI Decreto Lei 360/97

- **d)** Verificação das situações de deficiência determinantes do direito ao abono complementar, subsídio mensal vitalício e assistência de terceira pessoa.
- **e)** Verificação da aptidão para o trabalho exigida para o enquadramento no regime de seguro social voluntário.
- **f)** Confirmação das situações de incapacidade temporária dos beneficiários a receber prestações de desemprego.

11/03/18

## PERÍCIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

15

### Conteúdo da Verificação

Decreto Lei 360/97

#### Incapacidade temporária

- Avaliação da subsistência da incapacidade atribuída pelos serviços do Ministério da Saúde

#### Incapacidade permanente ou de dependência

- Integra a análise dos dados relativos às condições físicas, motoras, orgânicas, sensoriais e intelectuais dos beneficiários, bem como as referentes às suas repercussões sócio-profissionais

11/03/18

## PERÍCIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

16

### Invalidez

DL 329/93- Artigo 2

Toda a situação mórbida, de causa não profissional, determinante de incapacidade permanente para o trabalho

Exclui do âmbito dos SVI a reparação do dano provocado por doenças profissionais. A detecção de uma doença profissional ou suas sequelas, deverá ser referenciada para o Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais, onde lhe será reconhecida ou não uma determinada incapacidade permanente

11/03/18



## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

17

- **Incapacidade Permanente** DL 329/93- Artigo 2
- *Toda a incapacidade física ou mental, que impeça o beneficiário de auferir na sua profissão, mais de 1/3 da remuneração correspondente ao seu exercício normal e ainda, que seja de presumir, que o beneficiário não recuperará dentro dos 3 anos subseqüentes, a capacidade de auferir no desempenho da sua profissão, mais de 50% da remuneração correspondente ao seu exercício normal*

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

18

### RESPONSABILIDADE CIVIL DE TERCEIROS

DL 329/93- Artigo 9

Existindo responsabilidade civil de terceiro pelo facto determinante da incapacidade, que fundamenta a atribuição da pensão de invalidez, não há lugar ao pagamento das respectivas prestações até que o somatório das pensões a que o beneficiário teria direito, se não houvesse tal responsabilidade, atinja o valor da indemnização por perda da capacidade de ganho

Quando estiver em causa uma doença directa, em que haja eventual responsabilidade de terceiros, compete ao perito relator averiguar se o requerente foi indemnizado e qual o montante.

11/03/18

## PERÍCIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

19

DL 329/93- Artigo 19

### Profissão a que se reporta a Invalidez

A incapacidade reporta-se ao exercício da última profissão desempenhada pelo requerente no âmbito do regime geral. Se exercer simultaneamente várias, à data do requerimento, a invalidez só lhe será reconhecida se a redução de capacidade de ganho se reportar à profissão melhor remunerada

Os beneficiários devem declarar, no acto do requerimento da pensão, qual a última profissão desempenhada e no caso de exercício de mais do que uma, qual a melhor remunerada, declaração esta que deve instruir o processo e chegar às mãos do relator, para que este possa caracterizar a actividade profissional

11/03/18

## PERÍCIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

20

DL 329/93- Artigo 8

### Direito à Pensão

Não é reconhecido o direito à pensão de invalidez, quando a correspondente incapacidade teve lugar em data anterior à inscrição no Sistema de Segurança Social ou não se verificou um agravamento dessa mesma incapacidade permanente para o exercício profissional após essa inscrição

À luz deste artigo é fundamental que o perito determine com maior aproximação possível, qual a data mais provável em que se iniciou a doença

Dois dados são fundamentais: a data de início da doença condicionadora da incapacidade e a data de inscrição na Segurança Social

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

21

Decreto Lei 360/97

### Meios Técnicos de Verificação - IP

### Médico Relator e Comissão de Verificação

#### Competências Gerais

- Verificar os danos físicos, orgânicos, anatómo-funcionais, psíquicos e psicológicos dos requerentes ou titulares de prestações pecuniárias, determinando, com base em todos os elementos de diagnóstico que forem necessários, a origem, a natureza e a extensão da redução física motora, orgânica, sensorial ou intelectual e a incapacidade dela resultante.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

22

O decreto-lei nº 265/99, de 14 de Julho, instituiu o complemento de dependência para os pensionistas de invalidez, de velhice e sobrevivência e fixou dois graus de dependência (*Grau I e Grau II*).

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

23

- O decreto-lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, veio introduzir uma distinção entre *invalidez relativa* e *invalidez absoluta*, situação a merecer pela primeira vez atenção e tratamento especiais.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

24

- **Invalidez Relativa** - *É atribuída a reforma por invalidez relativa quando o beneficiário apresenta uma incapacidade permanente para o trabalho em que:*
  - ✦ *Devido à incapacidade, não pode ganhar na sua atual profissão mais de um terço do ordenado que normalmente receberia.*
  - ✦ *Não se prevê que recupere, no prazo de três anos, a capacidade de obter mais de 50% da respetiva remuneração*
  - ✦ *A incapacidade reporta-se ao exercício da última profissão desempenhada pelo beneficiário no âmbito do regime geral*

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

25

- **Invalidez Absoluta** - *É atribuída a reforma por invalidez absoluta em situações de incapacidade permanente dos beneficiários para todo e qualquer trabalho em que:*
  - *Estes não tenham capacidade para desempenhar qualquer profissão*
- *Não se prevê que recuperem até aos 65 anos a capacidade de trabalhar*
- *(Até à idade legal de reforma que actualmente está nos 66 anos e 4 meses)*

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

26

- A lei nº 90/2009, de 31 de Agosto, definia o regime especial de proteção social na invalidez abrangendo as pessoas em situação de invalidez originada por paramiloidose familiar, doença de Machado-Joseph (DMJ), sida (vírus da imunodeficiência humana, HIV), esclerose múltipla, doenças do foro oncológico, esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença de Parkinson (DP) ou doença de Alzheimer (DA).

11/03/18

## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

27

- O decreto-lei n.º 246/2015, de 20 de Outubro, veio alterar a Lei n.º 90/2009 estabelecendo um novo conceito de incapacidade permanente para o trabalho determinante de invalidez especial e aplicando, a título experimental, a Tabela Nacional de Funcionalidades (TNF) nas peritagens médicas de avaliação de incapacidade permanente para o trabalho, deficiência e dependência.

11/03/18

## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

28

- Entretanto a lei n.º 6/2016, de 17 de Março veio reformular a aplicação da TNF nas perícias instituindo a sua utilização como meio de avaliação complementar.

11/03/18

## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

29

- A Tabela Nacional de Funcionalidade é composta por 38 itens, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do utente adulto com doença crónica (idade entre os 18 e os 64 anos).
- 

11/03/18

## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

30

- A Tabela Nacional de Funcionalidade permite classificar cinco dimensões:
- 1. Mobilidade e autocuidado (13 itens)
- 2. Competências gerais (8 itens)
- 3. Competências específicas (8 itens)
- 4. Sociabilidade (6 itens)
- 5. Manipulação e manuseio (3 itens) .

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

31

- **Escala de qualificadores de desempenho**
- A Tabela Nacional de Funcionalidade recorre a uma escala com 5 pontos, com correspondência no nível de incapacidade, a saber:
- (0): Sem dificuldade: 0-4%;
- (1): A maioria das vezes: 5-24%;
- (2): Com alguma dificuldade: 25-49%;
- (3): Com muita dificuldade: 50-95%;
- (4): Incapaz: 96-100%).

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

32

- A avaliação final da funcionalidade traduz-se num parâmetro calculado de forma automática na Plataforma de Dados da Saúde - Portal do Profissional, de acordo com escala de qualificadores de desempenho.

11/03/18



## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

33

- Para cada uma das ações classificadoras deve ainda ser identificado o Fator Ambiental facilitador ou barreira.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

34

- **Aplicação**
- A aplicação da Tabela Nacional de Funcionalidade no adulto com doença crónica **só fica concluída** quando for identificado o Fator Ambiental que poderá influenciar, de forma positiva ou negativa, o desempenho de cada uma das Atividades e Participação em análise.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

35

- A avaliação das diferentes ações previstas na Tabela Nacional de Funcionalidade deve considerar a seguinte escala de qualificadores de desempenho.

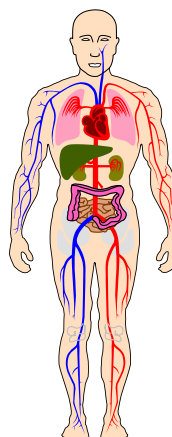
Sem dificuldade	A maioria das vezes	Com alguma dificuldade	Com muita dificuldade	É incapaz
0	1	2	3	4
0-4%	5-24%	25-49%	50-95%	96-100%

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

36

- **CAPACIDADE RESIDUAL FUNCIONAL**
- **Capacidade para executar determinadas tarefas laborais a despeito do tipo de patologia apresentada e do(s) tratamento(s) utilizados.**



11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

37

### **Têm direito à Incapacidade Temporária:**

Os trabalhadores por conta de outrem, excluindo os trabalhadores da Administração Pública.

Os trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual) a descontarem para a Segurança Social.

Os trabalhadores domésticos, desde que estejam inscritos como trabalhadores por conta de outrem.

As pessoas inscritas no Seguro Social Voluntário, se pagarem os 0,5% para doença profissional.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

38

### **Quais as condições para ter acesso**

- Ter um Certificado de Incapacidade Temporária (CIT/baixa) para o trabalho, passado pelo Serviço Nacional de Saúde que indica que tem uma doença profissional.

- Ter os descontos para a Segurança Social em dia, até 3 meses antes, se for trabalhador independente ou beneficiário do Seguro Social Voluntário.

- Ter os descontos para a Segurança Social em dia se for trabalhador por conta de outrem. Se a entidade empregadora não estiver a fazer os seus descontos, só tem direito ao subsídio se avisou a Segurança Social quando começou a trabalhar para essa entidad

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

39

Em que situações é feita a verificação de uma incapacidade temporária?

1. A entidade empregadora quer confirmar se são justificadas as faltas ao trabalho ou a interrupção de férias por motivo de doença alegada pelo trabalhador

A entidade empregadora pode pedir ao Centro Distrital do Instituto de Segurança Social da área de residência do trabalhador que verifique se há incapacidade temporária para o trabalho. No mesmo dia deve informar o trabalhador de que foi feito um pedido de verificação.

Se a Segurança Social não designar um médico no prazo de 24 horas, a entidade empregadora pode tomar a iniciativa de designar um, desde que o médico nunca tenha trabalhado para essa empresa.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

40

Em que situações é feita a verificação de uma incapacidade temporária?

2. A Segurança Social quer confirmar se está realmente incapaz para o trabalho por motivo de doença

No caso de estar a receber subsídio de doença

Para confirmar que a pessoa continua incapaz para o trabalho por doença e mantém o direito ao subsídio de doença. Se for decidido que o trabalhador está apto para trabalhar, este deixa de ter direito ao subsídio de doença (mesmo que o seu médico assistente considere que continua a haver incapacidade).

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

41

-Em caso de doença duma pessoa que está a receber subsídio de desemprego

-Se a pessoa recusar trabalho ou fazer uma formação profissional por motivo de doença.

-Outras situações

- ☐ A pessoa tem várias baixas seguidas.
- ☐ O início da doença coincide com o fim do contrato de trabalho.
- ☐ Existe uma suspeita fundamentada de fraude.
- ☐ O tempo de baixa conta para o prazo de garantia para ter acesso a pensões ou a outras prestações.
- ☐ A doença está associada a uma profissão ou uma região com muitos casos de incapacidade por doença.
- ☐ Quando os serviços de saúde mantêm a baixa para além do período máximo previsto pela Comissão de Reavaliação

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

42

Haverá reavaliação se:

- O médico assistente não concordar com a decisão da Comissão de Verificação.

Se a Comissão de Verificação decidir que está apto para trabalhar, mas o médico assistente disser que não está, o doente pode pedir uma reavaliação no prazo de 10 dias a contar da data em que teve conhecimento da decisão da Comissão de Verificação. Tem de juntar a este requerimento a declaração onde o médico assistente justifica por que razão continua a não estar apto para o trabalho. Nestes casos, o subsídio de doença só lhe é dado se a Comissão de Reavaliação assim o decidir.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

43

Haverá reavaliação se:

- O trabalhador ficar novamente de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apto para trabalhar.

A Segurança Social pode reavaliar a situação se o doente voltar a ficar de baixa menos de 90 dias depois de ter sido considerado apto para trabalhar por uma Comissão de Verificação. Nestes casos, o pagamento do subsídio de doença fica suspenso até haver uma decisão da Comissão de Reavaliação.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

44

### Legislação Aplicável (1)

#### **Despacho n.º 1023/2017, de 26 de janeiro de 2017**

Despacho que fixa o valor da remuneração do ato médico praticado no âmbito do Sistema de Verificação de Incapacidade (SVI).

#### **Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro**

Regula a verificação de situação de doença de trabalhador, de acordo com o previsto no n.º 3 do art.º 254.º do Código do Trabalho.

#### **Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – aprova o Código do Trabalho**

N.º 3 do art.º 254.º do Código do Trabalho - Verificação de incapacidade temporária para o trabalho por iniciativa da entidade empregadora.

#### **Portaria n.º 91/2007, de 22 de janeiro**

Taxa devida pelas entidades empregadoras para verificação de incapacidade temporária-

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

45

### Legislação Aplicável (2)

**Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 146/2005, de 26 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 302/2009, de 22 de outubro, pela Lei n.º 28/2011, de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho**

Proteção social na doença.

**Decreto-Lei n.º 360/97, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/99, de 13 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de novembro**

Sistema de verificação de incapacidades; incapacidades temporárias (art.ºs 11º a 14º e 30º a 41º).

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

46

- “O QUE CONTA NÃO É TANTO A DOENÇA DE QUE SOFRE O INDIVÍDUO, MAS SIM A PESSOA QUE TEM DETERMINADA DOENÇA”



11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

47

- A Direcção-Geral da Saúde em 3 de Junho de 2003, na Circular Informativa nº 27, “reconheceu-se a Fibromialgia como uma afeção a considerar para efeitos de certificação de incapacidade temporária, a ser feita nos moldes habituais por atestado médico ou certificado médico emitido pelos Serviços de Saúde”.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

48

- A experiência evidencia que, em geral, o doente reformado antecipadamente devido à Fibromialgia, piora posteriormente por se criarem condições para uma menor actividade física, redução de ambientes distractivos, sentimentos de inutilidade e agravamento da depressão

• Direcção-Geral da Saúde

11/03/18



## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

49

- Projecto de Resolução 1463/XII
- A avaliação da funcionalidade dos doentes com fibromialgia, designadamente para efeitos de quantificação da incapacidade para o trabalho decorrente dessa doença, através de Juntas Médicas exclusivamente criadas para o efeito e constituídas por profissionais médicos com formação adequada, incluindo obrigatoriamente um psicólogo.

11/03/18

## **PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL**

50

- Projecto de Resolução 1514 / XII
- Promova a regulamentação do horário de trabalho, que preveja períodos alargados de pausa e isenção de horário de trabalho específico, atendendo às especificidades decorrentes do trabalhador com fibromialgia.

11/03/18

## PERICIA MÉDICA NO ÂMBITO DA SEGURANÇA SOCIAL

51

- A reforma por invalidez deve ser considerada uma última opção, não como alternativa ao desemprego ou como um direito de quem tem limitações, sejam elas de que tipo for, mas apenas quando o doente está verdadeiramente incapacitado para o trabalho o que no caso da nossa legislação implica que perdeu mais de 2/3 da sua capacidade de ganho na atividade profissional que desempenha(va) e no âmbito da qual realizou os seus descontos e ainda que a incapacidade para o trabalho só é considerada permanente, "quando seja de presumir que o beneficiário não recuperará, dentro dos 3 anos subsequentes, a capacidade de auferir, no desempenho da profissão, mais de 50% da remuneração correspondente."